



4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 – Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso direto aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. – Ferrobán (doravante denominada “Ferrobán”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo imobilizado os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 4.17. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a Mineração Tacumã Ltda. – controlada indireta da Vale S.A. (“Vale”) - como a única controladora da FCA.

Em 5 de agosto de 2010, a Mineração Tacumã Ltda transformou-se de sociedade empresária limitada em uma sociedade por ações, passando a denominar-se Vale Operações Ferroviárias S.A..

A Vale Operações Ferroviárias S.A, em 30 de novembro de 2011 teve sua denominação social alterada para VLI Multimodal S.A.



4.2 – Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2012.

A Companhia não apresentou itens classificáveis como outros resultados abrangentes. Desta forma, não há divulgação desta informação nas demonstrações contábeis apresentadas, uma vez que o resultado do exercício representa também o resultado abrangente.

4.3 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis (controladora e consolidado) estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

a) Base de preparação

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.4.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário. Portanto, essas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para companhias em continuidade operacional.

b) Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da FCA e da controlada SL Serviços Logísticos Ltda.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.



c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

d) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e que possam ser estimados de maneira confiável. Dentre os critérios utilizados pela Companhia para a análise de *impairment*, são considerados, principalmente, a dificuldade financeira do devedor e quebra de contratos decorrentes de inadimplência continuada.

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequenteiramente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por não serem relevantes.



f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferidos. Os impostos são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

h) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas"

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 4.13.



i) Intangível

I. Direitos de Concessão

Está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e Licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da malha centro-leste (Nota 4.1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

j) *Impairment* de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

l) Concessões e arrendamentos

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.



Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme também esclarecido na Orientação OCPC05 – Contratos de Concessão, considerando que:

- (I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão.
- (II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.
- (III) A concessionária poderá cobrar qualquer valor diferente de zero pelo transporte ferroviário de carga, respeitados os limites máximos das tarifas de referência estabelecidos pela concedente. A Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), agência reguladora do setor publica resoluções anuais aprovando o reajuste das tarifas de referência em cada concessão, constituindo um teto para as empresas (*"price-cap"*), o qual raramente é atingido.

Em linha com os esclarecimentos provenientes da OCPC 05, a Administração concluiu que os contratos de concessão e arrendamento, oriundos da União (extinta RFFSA), são contratos de execução, considerando que:

- (a) As partes envolvidas cumpriram parcialmente com suas obrigações na mesma extensão.
- (b) A disponibilização da infraestrutura pelo poder concedente se dá progressivamente à medida que as condições contratuais vão sendo cumpridas pelo concessionário.
- (c) O operador deve cumprir as regras do contrato e o poder concedente possui o direito de cancelar o contrato, indenizando o operador pelos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados. Por isso, após analisados os fatos e circunstâncias específicos do contrato, se considera que a infraestrutura é disponibilizada gradualmente ao longo do contrato, à medida que o operador satisfaça as condições contratuais e à medida que o poder concedente mantenha a concessão.

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionada aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 4.1 são registrados no ativo intangível, em linha com as orientações da OCPC 05. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de contingências prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para a contingência e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando



houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são as contingências onde, por força de Lei, a União (extinta RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 4.11), sendo a Companhia um agente no litígio. Nesses casos, as contingências não transitam pelo resultado e os valores pagos pela Companhia e devidos pela União são apresentados pelo líquido no balanço.

n) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação no resultado

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo Vale. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte ferroviário no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva.



p) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

q) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$).

r) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 4.31, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

s) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações na Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da



contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

4.4 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

4.4.1 – Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos exercícios são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos – A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível – A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Imposto de renda e contribuição social diferidos – O imposto de renda e a contribuição social diferidos não foram constituídos, considerando as possibilidades de realização destes ativos.
- IV. Provisão para contingências – A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia deverá reavaliar as suas estimativas.

4.4.2 – Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

a) Concessão

Conforme descrito na Nota 4.3(I) a Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:



- I. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- II. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- III. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.
- IV. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- V. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

b) *Impairment* de ativos não financeiros

A Companhia considerou a margem negativa e prejuízo operacional apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 como indicador de *impairment*. Dessa forma, aplicou o CPC 01 para apurar o valor recuperável de seus ativos, considerando as premissas definidas pela Administração. A Companhia elaborou estudo para verificar se o valor recuperável dos ativos é superior ao seu valor contábil. O valor recuperável foi inicialmente apurado considerando o valor em uso dos ativos o qual excedeu ao valor contábil dos mesmos. Nesse sentido, não foi necessário efetuar o cálculo do valor recuperável com base no preço de venda líquido bem como não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para perda (*impairment*).

4.5 – Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa é composto conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	11.450	10.201
Aplicações financeiras	38.874	20.791
	50.324	30.992

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo, (inferiores a três meses) que estão acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.



4.6 – Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Contas a receber de clientes	54.344	69.593
Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(12.742)	(10.797)
	41.602	58.796

As análises de vencimentos dessas contas a receber estão apresentadas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
A vencer	31.590	46.875
Vencidos até 3 meses	6.853	9.333
Vencidos de 3 a 6 meses	3.159	2.588
Vencidos acima 6 meses	12.742	10.797
	54.344	69.593

Em 31 de dezembro de 2011, certas contas a receber de clientes no total de R\$ 12.742 (2010 - R\$ 10.797) estavam vencidas e provisionadas.

A movimentação da provisão para perdas de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial	(10.797)	(8.175)
Reversão de provisão para perdas de contas a receber de clientes	890	
Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(4.005)	(2.898)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	1.170	276
	(12.742)	(10.797)

Em 31 de dezembro de 2011, contas a receber de clientes no total de R\$ 10.012 (2010 - R\$ 11.921) estavam vendidas, mas não provisionadas. Essas contas referem-se a uma série de cliente inadimplentes que não tem histórico de inadimplência.



4.7 – Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição por almoxarifados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Almoxarifado de Tubarão – ES	142	101
Almoxarifado de Divinópolis – MG	39.603	32.603
Almoxarifado de Alagoinhas – BA	5.045	5.633
Almoxarifado de Uberaba – MG	8.052	7.652
Almoxarifado de Paulínea – SP	4.536	3.733
Almoxarifado de Araguari – MG	2.979	1.818
Almoxarifado de Lavras – MG	2.451	2.439
Almoxarifado de Montes Claros – MG	2.252	1.971
Outros almoxarifados	8.636	7.642
Provisão para perdas em itens de estoque	(4.542)	(236)
Importações em andamento	6.909	1.267
	76.063	64.623

O saldos de provisão para perda em itens de estoque tem a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial	(236)	(268)
Reversão para perdas de itens de estoque	236	807
Provisão para perdas de itens de estoque	(4.542)	(775)
	(4.542)	(236)

4.8 – Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Circulante		
ICMS a recuperar	6.221	7.577
Imposto de renda retido na fonte		1.056
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.197	16.826
PIS e COFINS a compensar	242	8.647
IOF a recuperar	112	102
	9.772	34.208
Não circulante		
ICMS a recuperar	2.370	2.782
PIS e COFINS a compensar		241
	2.370	3.023
	12.142	37.231



4.9 – Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	5.326	4.814
	7.151	6.639
Não circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	24.940	26.765
	24.940	26.765
	32.091	33.404

4.9.1 – Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Circulante		
Arrendamento (a)	1.719	1.719
Concessão (b)	106	106
	1.825	1.825
Não Circulante		
Arrendamento (a)	23.496	25.215
Concessão (b)	1.444	1.550
	24.940	26.765

(a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica “Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente”, no ativo circulante e não circulante (realizável em longo prazo).

(b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens.



4.9.2– Prêmios de seguro pagos antecipadamente

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Responsabilidade civil geral	4.078	3.186
All Risks	852	1.555
Seguro de transporte	396	73
	5.326	4.814

Em 31 de dezembro de 2011, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valor em (milhares)
Responsabilidade civil geral	Operação ferroviária	R\$ 25.000
Responsabilidade civil geral	Passageiros do trem turístico- Minas Gerais	R\$ 3.000
Riscos operacionais	All Risk	US\$ 1.250.000*
Transportes carga de terceiros (por embarque)	All Risk	US\$ 30.000
Transportes de importações (por embarque)	All Risk	US\$ 70.000
Vida em grupo	Empregados	Multisalarial (24x o salário)
Vida em grupo	Estagiários	R\$ 10
Acidentes pessoais	Trem turístico (colaboradores, estudantes, terceiros)	R\$ 8

* limitado ao valor em risco declarado (US\$ 2.322.330)

4.10 – Demais contas a receber

As demais contas a receber são compostas por:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Adiantamento a empregados	6.731	4.839
Adiantamento a fornecedores	14.881	5.421
Outras contas	1.560	639
	23.172	10.899



4.11 – Depósitos judiciais e provisão para contingências

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas (a)	106.696	65.416	89.736	51.904
Cíveis (b)	16.735	27.554	15.390	24.779
Administrativa regulatória (c)		4.246		4.093
Sesi (d)	15.936		8.021	
Tributárias (e)	3.520	1.163	3.123	100
Ambientais (f)		1.246	27	1.122
	142.887	99.625	116.297	81.998

Abaixo quadro referente à movimentação das provisões para contingências:

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2010	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2011
Trabalhistas (a)	51.904	11.538	(2.913)	4.887	65.416
Cíveis (b)	24.779	1.187	(65)	1.653	27.554
Administrativa regulatória (c)	4.093			153	4.246
Tributárias (e)	100	1.693	(1.389)	759	1.163
Ambientais (f)	1.122	54	(321)	391	1.246
	81.998	14.472	(4.688)	7.843	99.625

De acordo com o Edital de Privatização, a União (extinta RFFSA) continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da RFFSA, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2011, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 65.416 (2010 – R\$ 51.904). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

Além disso, a Procuradoria Geral da União (PGU) determinou no âmbito de sua competência a adoção por parte de seus membros dos procedimentos previstos no Parecer nº 50/2008-MLG/DTB/PGU/AGU, de 3 de setembro de 2008, que assim se apresenta:

- 1) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes do período em que o empregado prestou serviços tão somente à RFFSA;
- 2) as Procuradorias não devem peticionar em Juízo alegando que a responsabilidade pelos débitos existentes antes da concessão devem ser imputados as concessionárias;



3) no caso das concessionárias requererem a intimação da União nas ações em que este ente público não figure no pólo passivo, a representação judicial da União deverá anuir com o pedido, a fim de participar em todos os demais atos do processo, desde que, da análise dos autos, se verifique a efetiva existência de responsabilidade da extinta RFFSA.

4) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes tanto do período em que o empregado prestou serviços à extinta RFFSA como à empresa concessionária, as Procuradorias devem peticionar nos autos requerendo que os débitos de responsabilidade da União e das concessionárias sejam apurados de forma separada, para que este ente público possa alegar a existência de eventuais erros materiais no período de sua responsabilidade, bem como aplicar a incidência de juros de mora, na forma do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97.

Em vista deste parecer da AGU, há exemplos de decisões recentes no âmbito trabalhista determinando a inclusão da União Federal no Pólo Passivo da demanda.

A Companhia esclarece que será utilizada por seus consultores jurídicos, nas demandas cabíveis que envolvam a União (extinta RFFSA), as orientações contidas no Parecer da PGU/AGU.

O valor a receber da União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 24.885 (2010– R\$ 12.752), classificado na rubrica “Demais contas a receber” no ativo não circulante, refere-se aos valores desembolsados pela Companhia relacionados a indenizações de responsabilidade da União (extinta RFFSA), em épocas anteriores a estas determinações da PGU/AGU.

b) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total de R\$ 27.554 (2010 - R\$ 24.779).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

c) Administrativa regulatória

A Companhia provisionou o valor de R\$ 4.246 (2010- R\$ 4.093) referente à multa administrativa aplicada pela ANTT através dos autos de infração lavrados em 26 de maio de 2003, referentes a não-conformidades encontradas no trecho compreendido entre Engenheiro Lafaiete Bandeira e Barão de Camargos (Linha Mineira).

d) SESI

O valor depositado em juízo está relacionado ao auto de infração sobre as contribuições não recolhidas a esse órgão. Baseada no parecer de seus consultores jurídicos, que avaliaram como possível a possibilidade de perda, a Companhia não constitui provisão para perda nesse processo.

e) Tributárias

A Companhia constituiu provisões sobre autos de infração envolvendo processos aduaneiros, emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base na opinião de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 1.163 (2010 - R\$ 100).



f) Ambientais

Baseado no entendimento e na revisão dos valores das contingências, com o apoio de seus consultores jurídicos, a Companhia provisionou R\$ 1.246 (2010 - R\$ 1.122) referentes a processos com expectativa de perda provável, em caso de não haver a celebração de acordo com os órgãos responsáveis pelas autuações. Caso haja celebração de Termo de Compromisso/Ajustamento de Conduta, e os projetos constantes destes Termos sejam integralmente executados, as multas a serem pagas poderão ser reduzidas em 50% a 90% dos valores originais, dependendo do órgão ambiental autuante (municipal, estadual e federal).

g) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 1.450.000 (2010 – aproximadamente R\$ 864.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União (extinta RFFSA).

A seguir são apresentadas a composição destas contingências por natureza:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas (i)	172.000	176.000
Cíveis (ii)	936.000	405.000
Previdenciário (iii)	52.000	44.000
Tributárias (iv)	192.000	149.000
Ambientais (v)	98.000	90.000
	<u>1.450.000</u>	<u>864.000</u>

- i. Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. Cíveis: trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária cedida à Companhia, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há também demandas de natureza possessória, cuja discussão envolve pedidos de usucapião, bem como demandas em que a FCA pretende a desocupação de imóvel de sua propriedade ou que estejam na faixa de domínio da ferrovia. Há ainda demandas discutindo questões creditícias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.

No 1º trimestre de 2011, houve um acréscimo de aproximadamente R\$ 489.000 no saldo de contingências de natureza cível classificada como possível. Trata-se de uma ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público federal contra a União, FCA, MRS Logística - MRS, objetivando não só a condenação da União a prestar o serviço de transporte ferroviário de passageiros em todas suas linhas ferroviárias, ou, alternativamente, iniciar um processo licitatório neste sentido, como também a condenação da FCA e da MRS a executar um plano de recuperação da malha ferroviária e dos bens relacionados aos serviços por ela explorados, tudo ao argumento de que



estas concessionárias não estariam zelando de forma adequada pelo patrimônio público que lhes foi concedido.

Quando do cadastramento deste processo no sistema da Companhia, acreditava-se que as chances de êxito da demanda eram boas, tendo sido atribuído o prognóstico de perda remota para esta demanda. Os consultores jurídicos internos da Companhia vêm efetuando revisões visando o aprimoramento dos controles sobre as contingências que envolvem a FCA. Como consequência dessa revisão identificou que a classificação mais adequada desse processo seria possível, uma vez que o processo ainda está na 1ª Instância e não foi sentenciado.

- iii. Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, SESI e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. Tributários: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas.
- v. Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere a alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

4.12 - Investimentos

SL Serviços Logísticos Ltda. - A controlada está com as operações inativas. Em 31 de dezembro de 2006 o cálculo da equivalência patrimonial foi efetuado até o limite do saldo do investimento sendo constituída provisão para perda sobre o passivo a descoberto da controlada, que em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 totalizava o montante de R\$ 394, registrado na rubrica "Provisões operacionais" no passivo circulante.

4.13 – Imobilizado

					Controladora e Consolidado	
					31/12/11	31/12/10
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Bens em operação						
Imóveis	25 a 40 anos	2,97%	2.136	(427)	1.709	2.193
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 anos	5,00%	3.834	(1.609)	2.225	2.406
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	8,38%	61.493	(33.958)	27.535	32.071
Veículos	3 a 5 anos	25,01%	3.852	(3.822)	30	23
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	6.744	(4.531)	2.213	2.504
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	27.594	(17.906)	9.688	4.944
Locomotivas	12,5 a 33,3 anos	6,17%	281.512	(92.123)	189.389	209.973
Vagões	33,3 anos	3,00%	266.623	(49.464)	217.159	215.657
Outros ativos	10 a 14,9 anos	10,00%	3		3	3
			653.791	(203.840)	449.951	469.774
Terrenos			1.142		1.142	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			21.602		21.602	4.185
Provisão para baixa de ativo			(2.103)		(2.103)	(318)
			20.641		20.641	5.009
			674.432	(203.840)	470.592	474.783



A Companhia nomeou locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 11.727 (2010 – R\$ 12.765).

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2011 está sumarizada da seguinte forma:

Controladora e Consolidado					
Custo	31/12/10	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/11
Imóveis	2.563	148		(575)	2.136
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	3.827			132	3.959
Equipamentos autônomos	62.428	1		4.698	67.127
Veículos	5.730		(1.910)	32	3.852
Bens administrativos/auxiliares	6.476	49		219	6.744
Equipamentos e aplicativos de informática	20.313	28	(203)	7.455	27.593
Locomotivas	297.687		(14.986)	26.566	309.267
Vagões	257.238		(35)	(15.862)	241.341
Outros ativos	3			(8.231)	(8.228)
	656.265	226	(17.134)	14.434	653.791
Terrenos	1.142				1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	4.185	17.418			21.603
Provisão para baixa de ativo	(318)	(1.786)			(2.104)
	5.009	15.632	-		20.641
	661.274	15.858	(17.134)	14.434	674.432

Controladora e Consolidado				
Depreciação	31/12/10	Adições	Baixas	31/12/11
Imóveis	(370)	(57)		(427)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.421)	(188)		(1.609)
Equipamentos autônomos	(30.355)	(3.603)		(33.958)
Veículos	(5.707)	(24)	1.909	(3.822)
Bens administrativos/auxiliares	(3.973)	(558)		(4.531)
Equipamentos e aplicativos de informática	(15.369)	(2.554)	17	(17.906)
Locomotivas	(87.715)	(14.408)	10.000	(92.123)
Vagões	(41.581)	(7.913)	30	(49.464)
	(186.491)	(29.305)	11.956	(203.840)

Conforme parametrização do sistema da Companhia, todos os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo imobilizado. Em seguida, é feita análise detalhada considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados a benfeitoria na concessão são transferidos para o ativo intangível.



O intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentava a seguinte movimentação:

Controladora e Consolidado					
Custo	31/12/10	Adições	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/11
Direitos de concessão	43.169				43.169
Softwares adquiridos	18.172	428			18.600
	61.341	428			61.769
Benfeitorias em propriedades arrendadas					
Imóveis	71.103		11.373	575	83.051
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	11.010		9.065	(368)	19.707
Equipamentos autônomos	7.096		5.719	(5.037)	7.778
Veículos	19		32	(32)	19
Bens administrativos/auxiliares	23		235	(219)	39
Equipamentos e aplicativos de informática			13.927	(7.455)	6.472
Locomotivas	119.151		32.193	1.189	152.533
Vagões	89.051		31.738	(9.759)	111.030
Via permanente	1.166.428	20.645	418.288	6.672	1.612.033
	1.463.881	20.645	522.570	(14.434)	1.992.662
Intangível em curso	400.616	353.791	(522.570)		231.837
	1.925.838	374.864	-	(14.434)	2.286.268

Controladora e Consolidado			
Amortização	31/12/10	Adições	31/12/11
Direitos de concessão	(10.932)	(2.048)	(12.980)
Softwares adquiridos	(15.963)	(1.197)	(17.160)
Imóveis	(11.596)	(2.465)	(14.061)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(2.315)	(1.369)	(3.684)
Equipamentos autônomos	(4.738)	(438)	(5.176)
Veículos	(19)		(19)
Bens administrativos/auxiliares	(20)	(4)	(24)
Equipamentos e aplicativos de informática		(649)	(649)
Locomotivas	(95.770)	(7.056)	(102.826)
Vagões	(52.976)	(2.782)	(55.758)
Via permanente	(304.827)	(73.740)	(378.567)
	(499.156)	(91.748)	(590.904)

4.15 – Fornecedores

Controladora e Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010
Mercado interno	39.414	41.697
Mercado externo	2.333	9.916
	41.747	51.613



4.16 – Obrigações fiscais

Controladora e Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010
ICMS (Impostos s/Circulação de Mercadorias e Serviços)	4.918	3.490
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	1.203	1.204
PIS, COFINS	3.216	2.752
IOF (Imposto s/Operações Financeiras)	207	207
ISS (Impostos s/Serviços)	307	373
Outros	1.434	1.003
	11.285	9.029

4.17 – Obrigações sociais e trabalhistas

Controladora e Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010
Salários	2.031	601
Encargos e contribuições	5.244	4.497
Provisão para férias e encargos incidentes	15.920	13.075
Participação nos resultados	41.281	10.520
Outros		4
	64.476	28.697

4.18 – Arrendamentos e concessões a pagar

Controladora e Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010
Poder Concedente - União		
Arrendamento (a)	31.202	28.794
Concessão (b)	1.642	1.515
	32.844	30.309
Ferrovia Bandeirantes S/A - FERROBAN		
Arrendamento (c)	2.508	2.375
Concessão (d)	132	125
	2.640	2.500
	35.484	32.809

(a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2011, foram pagas 54 (cinquenta e quatro) parcelas, sendo a 54ª parcela paga no valor de R\$ 31.202.

(b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de



dezembro de 2011, foram pagas 54 (cinquenta e quatro) parcelas, sendo a 54ª parcela paga no valor de R\$1.642.

(c) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União (extinta RFFSA), no montante histórico de R\$230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2011, foram pagas 45 (quarenta e cinco) parcelas, sendo a 45ª parcela paga no valor de R\$ 7.524

(d) Concessão dos serviços de transporte ferroviário – Malha Paulista Arrendamento dos bens – FERROBAN – Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2011, foram pagas 45 (quarenta e cinco) parcelas, sendo a 45ª parcela paga no valor de R\$ 396.

4.19 – Provisões operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
SL Serviços Logísticos Ltda	394	394		
Provisões ambientais	3.856	6.582	3.856	6.582
Outros operacionais	5.827	340	5.827	340
Provisões operacionais - circulante	10.077	7.316	9.683	6.922
Provisões ambientais		3.146		3.146
Outras provisões operacionais - não circulante		3.146		3.146

A Companhia implementou ações corretivas e preventivas visando eliminar os passivos ambientais pertinentes as fontes ativas existentes da União (extinta RFFSA). A eficácia na eliminação dos potenciais passivos ambientais foi constatada através dos diagnósticos realizados nas unidades operacionais da Companhia, proporcionando reduções significativas nas premissas e estimativas de gastos ambientais com a recuperação das fontes ativas.

4.20 – Antecipação de clientes

Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes que em 31 de dezembro de 2011 somavam R\$ 25.534 (2010 - R\$ 47.926). Esses adiantamentos advêm dos esforços da Companhia junto a seus parceiros (clientes) para antecipar valores que serão abatidos de fretes a serem tomados ao longo do período. Os adiantamentos em questão são atualizados com juros (entre 7,15% e 11% ao ano) e variação do IGPM mensal, para manter sua capacidade de aquisição constante.



4.21 – Demais contas a pagar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Garantias contratuais	1.797	1.797
Outros passivos circulantes	1.257	1.251
	3.054	3.048

4.22 – Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

Referem-se aos valores repassados pela controladora visando a atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia, que foram convertidos em adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC).

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembléia geral dos acionistas. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

4.23– Receitas diferidas

Referem-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.

4.24 – Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 29 de abril de 2010, a AGE homologou a proposta da Diretoria para aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.789.841, passando o capital social de R\$ 1.130.199 para R\$ 2.920.040, mediante a emissão de 109.873.615.524.248 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 16,29 por lote de um milhão de ações.

O acionista controlador VLI Multimodal S.A. subscreveu e integralizou, neste ato, a totalidade do aumento de capital social aprovado. A integralização foi realizada mediante a utilização de créditos detidos pela VLI Multimodal S.A. contra a FCA, referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados no período compreendido entre 2003 e 2006.

Em 20 de julho de 2010, a AGE homologou a proposta da Diretoria para redução do capital social da Companhia, mediante a absorção dos prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 1.197.074, passando o capital social de R\$ 2.920.040 para R\$1.722.966.

Desta forma em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.



É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembléia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Atualmente no estatuto social da Companhia não está definido valor de capital autorizado.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações
VLI Multimodal S.A.	210.197.522.720.503	55.673.348	210.197.578.393.851
Outros- não controladores	54.310.745	10.991.664	65.302.409
Totais	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260

b) Prejuízo por ação

Básico e diluído

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	Controladora e Consolidado
	31/12/2010
Cálculo da média ponderada para 2010	
$(100.323.961.507.000 \times 4/12) + (210.197.577.031.248 \times 8/12)$	173.573.038.523.165
Prejuízo do período	(11.665)
Média Ponderada de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2010	173.573.038.523.165
Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações (R\$)	(0,07)
	Controladora e Consolidado
	31/12/2011
Cálculo da média ponderada para 2011	
$(210.197.577.031.248 \times 12/12)$	210.197.577.031.248
Prejuízo do período	(175.196)
Média Ponderada de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2011	210.197.577.031.248
Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações (R\$)	(0,83)



4.25 – Receita

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário de minério de ferro	27.371	92.437
Receita de transporte ferroviário de carga geral	984.382	940.382
Receita de utilização de pátios	1.036	1.199
Receita de estadia de vagões	6.779	5.969
Receita de aluguel de locomotivas	5.405	687
Receita de partilha de frete	130.837	84.685
Receita de outros serviços	28.098	23.324
Total receita bruta	1.183.908	1.148.683
Impostos sobre serviços		
ICMS	(64.126)	(71.641)
PIS	(19.535)	(18.953)
COFINS	(89.978)	(87.300)
Total impostos sobre serviços	(173.639)	(177.894)
Receita dos serviços vendidos	1.010.269	970.789

4.26 – Custos e despesas por natureza

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	30/12/2010
Pessoal	(235.546)	(168.581)
Serviços contratados	(120.588)	(106.682)
Seguros	(10.155)	(12.367)
Materiais	(65.012)	(29.375)
Combustíveis	(190.982)	(193.745)
Utilidades públicas	(6.323)	(6.022)
Custo de partilha de frete	(202.430)	(183.590)
Tributos	(47.854)	(34.369)
Locações	(28.166)	(30.450)
Depreciação e amortização	(121.053)	(97.941)
Despesas de arrendamento e concessão	(147.659)	(137.150)
Receitas (despesas) com provisão para perdas, contingências e outras líquidas	(22.605)	23.794
Diversos	5.337	(4.228)
	(1.193.036)	(980.706)
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(1.067.884)	(970.930)
Despesas com vendas	(109)	(74)
Despesas gerais e administrativas	(52.798)	(47.052)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(72.245)	37.350
	(1.193.036)	(980.706)



4.27 – Despesas de benefícios a pessoal

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Remuneração direta	(131.544)	(110.685)
Benefícios	(47.838)	(36.955)
FGTS	(12.974)	(11.652)
Outros gastos com pessoal	(3.648)	(2.429)
Participação no resultado	(39.542)	(6.860)
	(235.546)	(168.581)

As despesas de benefícios a pessoal são registradas nas rubricas de “Custo dos bens e/ou serviços vendidos”, “Despesa com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

A participação dos empregados no resultado está registrada na rubrica " Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

4.28 – Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas gerais e administrativas

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Pessoal	(10.877)	(10.225)
Material	(228)	(306)
Combustíveis	(37)	(25)
Serviços contratados	(29.185)	(24.012)
Tributos	(1.924)	(1.804)
Locações	(175)	(579)
Utilidades públicas	(438)	(403)
Depreciação	(7.794)	(7.681)
Diversos	(2.140)	(2.017)
	(52.798)	(47.052)

b) Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Pessoal	(58)	(60)
Locações	(24)	
Diversos	(27)	(14)
	(109)	(74)



c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	30/12/2010
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	6.624	10.269
Venda de ativos	10.648	13.230
Recuperação de despesas	3.075	529
Trens turísticos	3.668	2.920
Travessias	1.913	2.630
Multas contratuais	11.088	8.271
Alugueis	1.184	352
Serviços prestados	14	
Indenização a receber da União	12.133	3.382
Outros	865	274
	51.212	41.857
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(11.172)	(4.822)
Baixa de ativos	(6.212)	(59)
Custo de material vendido	(499)	(198)
Ajuste de estoque	(3.468)	
Participação no resultado	(39.542)	(6.861)
Outros gastos c/pessoal	(132)	18
Perdas de recebíveis	(1.171)	(275)
Trens turísticos	(2.686)	(2.043)
Provisão para perdas	(673)	(1.539)
Provisão para desvalorização de estoques	(4.306)	32
Provisão para contingências	(17.627)	25.301
Processos judiciais	(20.819)	(8.487)
Passivo ambiental	(4.473)	(2.201)
Outras operacionais	(10.677)	(3.373)
	(123.457)	(4.507)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(72.245)	37.350

4.29– Resultado financeiro

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	3.753	1.916
Juros taxa e multas de mora	544	876
Estorno de encargos financeiros da anistia de ICMS		16.698
Outras receitas financeiras	508	2.778
	4.805	22.268
Despesas financeiras		
Despesas com IOF	(266)	(450)
Descontos concedidos	(616)	(1.264)
Encargos sobre mútuo - Vale	(881)	(6.432)
Juros sobre adiantamentos	(1.608)	(5.773)
Despesa de carta de fiança	(2.562)	(1.480)
Outras despesas financeiras	(1.315)	(4.803)
	(7.248)	(20.202)
Receitas (despesas) com variação monetária e cambial	10.014	(3.814)
Resultado financeiro	7.571	(1.748)



4.30– Imposto de renda e contribuição social

A Companhia não vem constituindo ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, principalmente em função de ainda não apresentar um histórico de lucros tributáveis.

O total dos créditos fiscais não reconhecidos pode ser assim demonstrado:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	3.185	2.699
Provisão para contingências	24.906	20.500
Outras provisões	4.933	3.824
Prejuízo fiscal	321.108	282.795
	<u>354.132</u>	<u>309.818</u>
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	1.147	972
Provisão para contingências	8.966	7.380
Outras provisões	1.776	1.377
Base negativa	116.233	102.437
	<u>128.122</u>	<u>112.166</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	<u><u>482.254</u></u>	<u><u>421.984</u></u>
Prejuízo fiscal para imposto de renda	1.284.433	1.131.181
Base negativa da contribuição social	1.291.477	1.138.184

4.31 – Informações por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.



4.32 – Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale	Controladora indireta
VLI S.A	Controladora indireta
VLI Multimodal S.A.	Controladora
SL Serviços Logísticos Ltda	Controlada
Demais empresas	Ligadas (controle em comum da Vale S.A.)

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balanco patrimonial	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo circulante				
Partes relacionadas				
Cia Coreano Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	4	4	4	4
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	1.509	617	1.509	617
Mineração Brasileira Reunidas S.A - MBR	7		7	
Ultrafértil	2.363		2.363	
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	614	162	614	162
Log-in Logística Intermodal S.A	63	1.806	63	1.806
Mineração Andirá Ltda	3	3	3	3
MRS Logística S.A	591	256	591	256
Rio Doce Manganês - RDM	641	622	641	622
Vale S.A	21.300	14.653	21.300	14.653
VLI Multimodal S.A	69.395		69.395	
Vale Fertilizantes S.A	4.431		4.431	
Vale Fosfatados S.A	211		211	
Vale Moçambique Ltda	1.336		1.336	
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social -Valia	5	5	5	5
	<u>102.473</u>	<u>18.128</u>	<u>102.473</u>	<u>18.128</u>
Ativo não circulante				
Partes relacionadas				
Vale S.A	151	282	151	282
SL Serviços Logísticos Ltda	394	394		
	<u>545</u>	<u>676</u>	<u>151</u>	<u>282</u>
Balanco patrimonial	Controladora e Consolidado			
Passivo circulante			31/12/2011	31/12/2010
Partes relacionadas				
MRS Logística S.A			1.305	108
Pasa- Plano de Assistência á Saúde do Aposentado da Vale			116	139
Vale S.A			35.702	62.422
			<u>37.123</u>	<u>62.669</u>
Passivo não circulante				
Partes relacionadas				
Vale S.A			6.789	35.768
			<u>6.789</u>	<u>35.768</u>
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 4.22)				
VLI Multimodal S.A			796.245	205.029
			<u>796.245</u>	<u>205.029</u>



	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Demonstrações do Resultado		
Receitas		
Receita bruta de serviços prestados		
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	6.620	6.051
Log-in Logística Intermodal Ltda	4.786	12.451
MRS Logística S.A		5.264
VLI Multimodal S.A	165.917	
Vale Fertilizantes S.A	12.685	
Vale Fostados S.A	6.827	
Vale Manganês S.A	20	1.722
Vale S.A	31.798	123.746
	228.653	149.234
Receitas financeiras		
Vale S.A		5
		5
Outras Receitas Operacionais		
MRS Logística S.A		
Vale S.A		357
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	715	338
Minerações Brasileiras Reunidas S.A - MBR	3	2
Samarco Mineração S.A	38	34
	756	731
Custos e despesas		
Custo de intercâmbio/aluguel de locos e vagões		
Vale S.A	12.463	20.680
MRS Logística S.A		4.690
	12.463	25.370
Custo de partilha de fretes		
Vale S.A	183.258	167.683
MRS Logística S.A	8.771	7.694
	192.029	175.377
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	1.914	1.448
	1.914	1.448
Despesas com processos de suporte		
Vale S.A	23.030	16.221
	23.030	16.221
Despesas financeiras		
Vale S/A	882	6.432
	882	6.432

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
A vencer	59.661	8.154	59.661	8.154
Vencidos até 3 meses	35.900	3.205	35.900	3.205
Vencidos de 3 a 6 meses	1.001	456	1.001	456
Vencidos acima 6 meses	6.456	6.989	6.062	6.595
	103.018	18.804	102.624	18.410

Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado. Parte desses saldos, no



montante de R\$ 29.605 (2010 – R\$ 71.203), refere-se à compra de locomotivas e vagões da Vale e está sujeita a encargos de IGP-M e juros de 6,5% a.a.

As operações financeiras realizadas com partes relacionadas através da Assistência Financeira – Assfin, que em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$ 10.161 e foram liquidadas no 1º semestre de 2011.

O ASSFIN refere-se a um contrato de assistência financeira que é firmado entre as empresas do Grupo Vale e é remunerado pela variação correspondente a 94% da taxa CDI.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são os recursos recebidos pela FCA, de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes as atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

As despesas administrativas com processos de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pelas controladoras indiretas (Vale S.A. e Vale Logística Integrada S.A.), sem o respectivo reembolso.

4.33 – Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício - FCA

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“Vesting”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, 4.207 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (2010 – 3.282).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.



- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 totalizaram R\$ 1914 (2010 - R\$ 1.448)

Abaixo demonstramos o resultado da avaliação atuarial para 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(2.273)	(1.689)
Valor justo dos ativos do plano	3.425	2.864
(Déficit)/superavit para planos cobertos	1.152	1.175
Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	(1.152)	(1.175)
Passivo/ativo líquido		

Reconciliação do valor das obrigações atuariais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Valor das obrigações no início do período	(1.689)	(1.256)
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(230)	(184)
Juros sobre obrigação atuarial	(214)	(157)
Contribuições de participantes vertidas no ano	(7)	(6)
Ganho/(perda) atuarial	(181)	(118)
Benefícios pagos no ano	48	32
Valor das obrigações calculadas no final do período	(2.273)	(1.689)

Reconciliação do valor justo dos ativos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Valor justo dos ativos no início do período	2.864	2.429
Rendimento esperado no ano	311	266
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	43	6
Contribuições de patrocinadoras (inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)	248	188
Contribuições de participantes	7	6
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(48)	(31)
Valor justo dos ativos no final do período	3.425	2.864

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(230)	(184)
Juros sobre obrigação atuarial	(214)	(157)
Rendimento esperado no período	311	266
Amortização de ganhos ou (perdas) atuariais líquida (incluindo parágrafo 58 (a))	(138)	(112)
Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	23	(2)
	(248)	(189)

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$ 354.

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.



Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial efetuada para 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais e econômicas:

Hipóteses atuariais	Controladora e Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,30% a.a	11,30% a.a
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	10,70% a.a	10,70% a.a
Índice estimado de aumento nominal dos salários	8,15% até 48 anos 5,0 % a partir de 48 anos	7,64 % até 48 anos 4,5 % a partir de 48 anos
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,0 % a.a	4,5 % a.a
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,0 % a.a	5,0 % a.a
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-83 Masculina	AT83 Masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	3.0 x Álvaro Vindas	3.0 x Álvaro Vindas e AT83 Male
Taxa de rotatividade esperada	3% até 48 anos e nula a partir de 48 anos	3% até 48 anos e nula a partir de 48 anos

4.34 – Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.



A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 2011 e em 2010.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo Vale.

a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo o óleo (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 2.333 (2010 – R\$ 9.916).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelo arrendamento e concessões a pagar (Nota 4.18), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com conseqüente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 12.742 (2010 - R\$ 10.797).



c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “*rating*” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Outro ponto importante que colabora para a liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é a administração conjunta com o Centro de Serviço Compartilhado da Vale S.A. Assim, a previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Centro de Serviços Compartilhados. Essa previsão é elaborada com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. É levada em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas da Companhia. O Centro de Serviços Compartilhados monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender as suas necessidades operacionais.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento .

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2011 e 2010 correspondem:

	Controladora		Consolidado	
Empréstimos e recebíveis	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	11.450	10.201	11.450	10.201
CDB's	38.874	20.791	38.874	20.791
Contas a receber de clientes	41.602	58.796	41.602	58.796
Partes relacionadas	103.018	18.804	102.624	18.410
Outras contas a receber - RFFSA (União)	24.885	12.752	24.885	12.752
	<u>219.829</u>	<u>121.344</u>	<u>219.435</u>	<u>120.950</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Outros passivos financeiros				
Passivos				
Fornecedores	41.747	51.613	41.747	51.613
Partes relacionadas	43.912	98.437	43.518	98.437
Adiantamentos para futuro aumento de capital	796.245	205.029	796.245	205.029
	<u>881.904</u>	<u>355.079</u>	<u>881.510</u>	<u>355.079</u>



d) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo Vale. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Total passivo	1.136.036	573.962	1.135.642	573.568
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(50.324)	(30.992)	(50.324)	(30.992)
	1.085.712	542.970	1.085.318	542.576
Patrimônio líquido	1.536.105	1.711.301	1.536.105	1.711.301
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	796.245	205.029	796.245	205.029
Total patrimônio líquido+ AFAC	2.332.350	1.916.330	2.332.350	1.916.330
	46,55%	28,33%	46,53%	28,31%

4.35 – Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações contábeis correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	Malha Centro Leste	Malha Paulista
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de dezembro de 2011	54	45
Valor da última parcela paga		
Concessão	1.642	396
Arrendamento	31.202	7.524